

JUVENTUDE E RISCO SOCIAL: UMA QUESTÃO DE OLHAR(ES)?

Maria João Leote de Carvalho ¹

RESUMO valorização da condição de jovem não é indiferente aos novos quadros sociais emergentes destacando-se linhas de investigação sociológica que tendem a centrar-se na abordagem sobre diversos problemas sociais. Juventude e risco social são temas constantes na comunicação social despertando na opinião pública um especial interesse. Novas sensibilidades para casos outrora ocultos e o prolongamento do tempo de transição para a vida adulta em contextos marcados pela globalização são trazidos para discussão pondo-se de lado uma definição de juventude correspondente a uma mera fase em que apenas já não se é criança e ainda não se é adulto. Actualmente, está-se perante um estatuto social correspondente a uma nova fase de vida com características próprias, marcada por encruzilhadas de natureza diversa em cenários de profundas mudanças sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Risco Social. Delinquência. Globalização. Comunicação Social

1. INTRODUÇÃO

Existindo uma pluralidade de formas e meios de se viver a condição de jovem, esta corresponde aos diferentes espaços e contextos de socialização onde os actores sociais se situam. No entanto, nas sociedades ocidentais contemporâneas um aspecto parece ser comum a diferentes situações: tende a contextualizar-se os jovens no quadro de uma consciência social colectiva que evidencia as crescentes dificuldades de obtenção do estatuto de adulto espelhadas num adiar do reconhecimento de maior maturidade social.

Ao longo deste texto procura-se trazer para discussão como a progressiva afirmação de uma ideia de juventude moderna é a de uma categoria revisitada, revalorizada como objecto de interesse, marcada pelo levantamento de maiores interrogações sobre o seu espaço social e os seus limites. Esta conceptualização estará associada a um maior grau de independência e de (aparente) autonomia que não existiria em tempos passados e que se traduz, actualmente, no

¹ Maria João Leote de Carvalho é mestre na Socinova/CesNova – Centro de Estudos de Sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal, mjleotec@sapo.pt, o Artigo está integrado no projecto de investigação “*Crianças e Jovens nas Notícias*”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (POCI/COM/60020/2004).

reconhecimento de modos de vida e culturas eminentemente juvenis. No entanto, importa verificar se não se trata apenas de um paradoxo em torno de aparências que iludem num primeiro olhar pois, como defendem alguns autores, se ainda hoje existe juventude, terá provavelmente, menos liberdade dos que nos séculos passados na medida em que tudo se passa como se tenha tornado um objecto social sobre o qual toda a sociedade deve sempre intervir e controlar. As possibilidades de gestão neste campo estão fortemente atravessadas por profundas desigualdades sociais uma vez que aquilo que se encontra equitativamente distribuído é a responsabilidade individual pelas escolhas e não os recursos e meios que os indivíduos dispõem para agir de acordo com essa responsabilidade. Não serão, porventura, estas desigualdades os maiores riscos que atravessam a condição de jovem nos dias de hoje?

Porque a voz dos jovens é fundamental, e não sendo possível aqui tê-la de outra forma, entrecortando o texto são apresentados registos recolhidos junto de jovens que, de comum entre si, têm a associação a práticas delinquentes e por esse motivo estiveram institucionalizados no sistema de justiça tutelar de menores.²

2. UMA QUESTÃO DE OLHAR(ES)

“Há uns tempos, há uns anos atrás eu era um anjo mas depois fui rebelde, fazia tudo o que era diferente, tudo o que era fora do normal.” (informação verbal, Miguel, 16 anos)

Espelhando a complexidade inerente às mudanças sociais que afectaram a sua construção ao longo dos tempos, o conceito de juventude tem aparecido associado a múltiplas representações que vão desde a sua identificação como simples propriedade atribuída a um indivíduo em função de meros limites etários ou de desenvolvimento da personalidade, passando pela listagem de um conjunto de factores que se constituem como uma qualidade específica do designado *jovem* e que se estendem ao momento da definição da sua situação profissional ou afectiva. Importa, pois, reter que em cada época tende a revelar-se mais significativamente um tipo de juventude e o seu ideal-tipo. Nas sociedades contemporâneas, o enfoque sobre a juventude não pode ser dissociado do tratamento que os meios de comunicação social efectuam em seu torno. Destas abordagens emerge, muitas vezes, a ideia de uma categoria social quase exclusivamente associada a problemas sociais de natureza diversa; uma geração potenciadora de riscos, perigos e ameaças, a vários níveis, para a estrutura social. Num primeiro momento, perante muitos dos principais títulos das notícias

² Todos os nomes apresentados são fictícios.

dos jornais em Portugal, é-se levado a pensar que juventude e risco são termos que se encontram entrelaçados, indissociáveis, tal a natureza dos acontecimentos relatados.

A uma ideia sobre jovens, impregnada de um conjunto ou emaranhado de premissas quase exclusivamente associada a riscos diversos – desde a vitimação a consumos excessivos, condutas desviantes e delinquência-,³ vêm a corresponder conceitos que constroem socialmente uma teia de imagens e representações sociais, que poderão, eventualmente, não estar coerentemente sustentadas ou teoricamente referenciadas. No entanto, ainda que esta limitação seja real não deixam de ser poderosas na forma como cada indivíduo classifica e desenvolve um determinado olhar em torno das problemáticas da realidade social que guia e determina muito do seu comportamento.

“Acima de tudo acho que sou uma pessoa muito desiludida com a vida. Meto sempre na cabeça que todo o esforço que faço é para melhorar algo, mas é em vão. Muitas vezes não acredito nas poucas qualidades que tenho ficando até surpreendido quando faço alguma coisa que possa melhorar a minha vida” (informação verbal, *Alberto* 17 anos)

A evolução do conceito de juventude não pode ser vista de modo dissociado da evolução do conceito de infância. Foi apenas através do alargamento deste último a novos contornos de se viver a condição de *ser criança* que se chegou à afirmação e consolidação de uma nova fase da vida diferenciada das atribuídas expressamente às crianças e aos adultos, a da juventude (CARVALHO, 2004). Situando-se entre a dependência infantil e a autonomia da idade adulta é uma tendencialmente considerada uma fase da vida cuja delimitação nem sempre se consegue com clareza.

Quer para o conceito de infância, como para o de juventude, está-se perante processos de permanente (re)construção social que destacam as variações atribuídas aos estatutos reservados à criança e ao jovem ao longo dos tempos. Este crescente interesse sobre a juventude não vem a residir, fundamentalmente, na oscilação do seu peso relativo enquanto categoria demográfica mas, pelo contrário, remete para uma valorização crescente em função de factores de natureza sociopolítica. Com a alteração das estruturas demográficas decorrentes de importantes mudanças nas dinâmicas sociais que acarretaram uma melhor qualidade de vida para as populações nas sociedades europeias, a esperança média de vida veio a crescer e

³ Cerca de 90% dos títulos e notícias analisadas nos dois primeiros meses de 2007 em quatro jornais diários portugueses centrava-se exclusivamente nestas categorias de risco social, difícil foi encontrar títulos em que os jovens surgissem relacionados com outras formas de acção e participação individual ou colectiva.

quanto menor o número de crianças e jovens nas sociedades europeias maior parece ser a valorização que lhes é atribuída. A justificação para este facto reside, em parte, no prolongamento e diversificação das modalidades de inserção e transição à vida adulta.

Paralelamente, e no que concerne especificamente à condição de jovem, tende a destacar-se um conjunto de problemas sociais diversos que mais a afectam numa perspectiva quase recorrente em que se contrapõe o jovem (*não responsável*) ao adulto (*responsável*). Tal decorre, em larga medida, do facto de ter sido perante a identificação de desigualdades sociais que as problemáticas da juventude passaram decididamente a estar na ordem do dia no século XIX, assumindo desde então uma dimensão internacional. A emergência de uma sociologia da juventude está fortemente marcada pela ideia da existência de um período de moratória que, inicialmente, apenas vivida por indivíduos dos estratos sociais mais favorecidos social e economicamente. No progressivo alargamento deste conceito a outros grupos sociais, esta ideia de conflitualidade e ambivalência subjacente ao *ser jovem* num determinado contexto, manteve-se e veio a ser alargado a outros campos. Como destaca PAIS (1996), “*histórica e socialmente a juventude tem sido encarada como uma fase da vida marcada por uma certa instabilidade associada a problemas sociais*”.

Não sendo um processo recente, a desconstrução do conceito de juventude como categoria homogénea coloca em evidência outras dificuldades de análise social. São diversas as questões colocadas, em culturas e momentos históricos distintos. Quais são os factores sociais que determinam, num dado período, a construção social de uma fase da vida, neste caso, a juventude? Como se traduz a condição social de ser jovem?

É difícil para uma pessoa me conhecer bem... Nunca ninguém me conhece bem até ao fundo... Pensam que conhecem mas não é bem isso que se passa... Nem sei se a minha própria mãe me conhece mesmo. Ela me conhece bem?... Bem, bem de certeza que não!...” (informação verbal *Roberto* informação verbal 17 anos)

Como sou por dentro? O que eu sinto é raiva e ódio, de resto tenho um bom coração e sou uma pessoa fixe por dentro e por fora. (informação verbal, *Bruno*, 16 anos)

Em termos de evolução comportamental pode afirmar-se que se manifesta por não se ser mais criança mas ainda não se é adulto inscrevendo-se num tempo assinalado pela procura de um espaço e um lugar próprios. É uma etapa/fase da vida por referência a quadros de valores e delimitada pelo pôr em jogo de diferentes capitais possuídos (escolar, social, cultural) em confronto com a perspectiva de desenvolvimento de uma trajectória modal (BOURDIEU, 1980). Deste modo, as experiências sociais vividas reflectem as mudanças que atravessam

todas dimensões da realidade social e torna-se fundamental a interiorização de normas e valores desenvolvida pela projecção e investimento simbólico nos papéis sociais num dado contexto.

“O que é que eu gosto mais de fazer quando estou com a minha mãe???. Ah!Ah!Ah!Dar-lhe chapadas!” (informação verbal, *Luís*(13 anos)

“Nunca pensei em ser pai... Ser pai de quê? Ser pai! Um pai tem filhos, não é?” (informação verbal, *Mário*, 16 anos)

Mais do que uma força social, a juventude foi-se tornando uma marca social, uma norma construída social e historicamente que unifica um grupo atravessado por grandes heterogeneidades. Perante quadros de múltiplas predisposições sociais objectivas e subjectivas, releva-se a constatação de um eventual alongamento do período de transição para vida adulta, visível com maior incidência junto dos indivíduos pertencentes a estratos sociais mais elevados cujas estruturas sociofamiliares potenciam o prolongamento das experiências juvenis (PALHARES, 1996). Assim sendo, os limites cronológicos da juventude serão sempre socialmente relativos visto estarem condicionados por factores de ordem social que, individualmente, revestem um carácter diferenciado à luz de uma certa trajectória de vida. Na mesma ordem de ideias, Saraiva (cit. em PALHARES, 1996), chega a questionar a atribuição do termo juventude aos indivíduos originários de estratos socio-económicos mais desfavorecidos, entendido como referente a uma fase de transição para a vida adulta, De acordo com este autor, estes não disporão de reais possibilidades para viverem plenamente uma fase de transição, um período moratório, antes de assumirem as responsabilidades dos adultos, sendo chamados mais precocemente que outros a desenvolverem um conjunto de comportamentos e atitudes próprias dos mais velhos.

Numa mesma linha, PALHARES (1996) propõe a problematização da juventude em torno da sua natureza e dimensão, questionando as possibilidades reais desse alongamento ser voluntário (manutenção da condição juvenil por objectivos de qualificação escolar ou profissional apesar de se dispor de condições reais para assumir responsabilidades como adulto), não voluntário (por forte pressão familiar para o jovem dê continuidade aos estudos enquanto estratégia de mobilidade social), ou mesmo involuntário (por baixas qualificações académicas e profissionais o jovem vê-se impossibilitado de ascender à vida profissional activa).

No entender de GALLAND (1999), a designada entrada na vida adulta evidencia-se na emergência de dois eixos: o escolar-profissional e o familiar-matrimonial. Revela-se, assim, como decisivo o fim da escolaridade a que deverá corresponder o conseqüente início de uma actividade profissional e a saída do lar familiar e constituição de nova família. São estes os quatro pontos de entrada que este autor define como preciosos auxiliares na passagem da juventude à idade adulta.

“ Todos os dias, ou quase todos os dias, levantava-me de manhã, agarrava no jornal e procurava na área de emprego (...) E até agora houve muita gente que me prometeu trabalho e até agora ainda não vi nada. Olhem o que tive até agora foi que cortar o meu cabelo e foi isso que me deixou mais irritado. (...) Já várias vezes fui entrevistado e sempre disseram que depois telefonavam a dar resposta. (...) Mas só que as respostas nunca cá chegam. Hoje sim sei o que dá trabalho... é procurar o primeiro emprego!” (informação verbal, *Carlos* 17 anos)

No entanto, as mudanças sociais na contemporaneidade trouxeram consigo a perspectiva que estas quatro condições dificilmente decorrerão em sincronia tendendo a revelar-se, cada vez mais, de modo desagregado entre si.

3. JUVENTUDE E “SOCIEDADE DE RISCO”

O risco, a incerteza, o paradoxo, a dúvida marcam intensamente as sociedades contemporâneas. Os modos de vida actuais estruturam-se em torno de um ideal de ordem social que se afasta de todos os tradicionais e conhecidos até à data e onde a percepção de risco é determinante. A explosão de uma sociedade mediática com acesso massivo, e em simultâneo, à mesma informação por parte de indivíduos e de grupos em qualquer ponto do mundo tem vindo a acarretar a divulgação e promoção de novos estilos de vida superando-se em todos os aspectos os limites da territorialidade. Importa aqui reflectir sobre os potenciais significados que podem ser atribuídos ao crescimento dos desvios e das infracções, designadamente por parte de jovens, associado ao desenvolvimento de uma sociedade de consumo cujos padrões de exigência no acentuar de um individualismo, quantas das vezes exarcebado, estão correlacionados com o surgimento ou reforço de manifestações de não inclusão de entre as quais as diversas formas de expressão da violência disso poderão constituir-se como das mais representativas (ROCHÉ, 2003).

Nas sociedades contemporâneas terão os riscos aumentado ou o que se verifica é a intensificação e alargamento da sua percepção? Mais do que eventual aumento dos riscos

sociais, aquilo a que se poderá estar a assistir nos dias de hoje, como sugere BECK (1992), será antes um potencial aumento da sua representação no quotidiano de uma determinada sociedade em função da crescente visibilidade que certos actos adquirem, em parte fruto de uma mediatização permanente. Em certas sociedades, como na portuguesa, o risco será mais percepcionado e vivido como uma ameaça do que como uma oportunidade, um desafio. Tal deve-se ao facto de se assistir a uma enfatização do processo de politização dos riscos com consequências morais e políticas (CARAPINHEIRO, 2001). Daqui decorre que muitas vezes que a “sociedade de risco” converte-se, potencialmente, na “sociedade da catástrofe”, na medida em que muitos dos riscos só são debatidos politicamente quando os efeitos da sua disseminação ganham visibilidade, já se consolidaram na sociedade (BECK, 1992).

“-Eu não rezo nem vou à igreja mas dentro de mim acredito em Deus, acredito mesmo. Já tive um acidente que para mim foi o pior, é que foi de comboio, parti aqui o queixo e foi uma coisa de 15 minutos para sobreviver. Não conseguia falar nem respirar... Foi assim, tinha aí uns 12 anos e era daqueles que corria mais que o comboio e não sei o que é que me deu na cabeça e saltei e isto é tudo marcas!...” (informação verbal, Bruno, (14 anos)

Para esse processo, ROCHÉ (1998) coloca um especial ênfase naquilo que designa por “*incivilidades*”, que legais ou ilegais, são sinais de ameaça, factores de perturbação inequívoca da ordem social pela sua extrema visibilidade e constância no quotidiano. Deste modo, enquanto violação às regras elementares da vida em sociedade são sentidas como fracturas, como fricções que vêm a abrir brechas na estrutura social estabelecida, ferindo e atingindo o cerne das relações individuais (ROCHÉ, 1993). Deste modo, tendem a proporcionar uma descrença maior na eficácia das instituições e dos mecanismos de controlo social desconstruindo-se um sentimento de confiança no outro, valor fundamental à condição da interacção social (GIDDENS, 1996).

“Comecei a traficar droga, também andei a traficar notas falsas e a andar de mota sem carta. Eu era um perigo de vida porque podia matar alguém ou podia morrer eu, tudo era possível nesta vida de bandido!...” (informação verbal, Fábio, 17 anos)

As mais recentes (re)configurações do tecido social português assentam, como constata SANTOS (2001), em patamares que são simultaneamente quer de sobreposição e de integração numa dada comunidade, mas também de fragmentação social pelas pertenças paralelas a diferentes grupos, de massificação e ao mesmo tempo de individualização, de selecção e de exclusão social. É a gestão complexas das associações a estes diferentes

patamares, a diferentes pertenças, que se coloca como sendo um dos riscos mais importantes que importa atender nos dias de hoje.

Numa sociedade que se terá nuclearizado excessivamente e em que o acesso a determinados bens (mesmo alguns ilegais como as drogas) se banalizou, a radicalização de certos comportamentos dos jovens assenta numa diversidade de motivos que, na maior parte das vezes, raramente podem ser analisados de forma singular ou linear, surgindo maioritariamente em acumulação ou articulação. Consta-se como a maioria dos indivíduos experimenta um contraste bastante forte entre a difusão de uma ideia de cidadania e a carência ou até mesmo ausência de acesso a mecanismos efectivos de assegurar essa participação. Esta situação assume contornos bem específicos junto das camadas jovens de uma sociedade (PAIS, 2005).

Em suma, falar sobre a juventude e o risco social implica ter presente a diversidade de situações, contextos, protagonistas que, tendencialmente, sob uma mesma capa são colocados, ignorando-se a complexidade da vida em sociedade. Provavelmente, uma das melhores forma de se conhecer mais profundamente os principais contornos desta problemática passa por ouvir os que nela mais directamente estão envolvidos, pois a sua análise tende a apresentar um grau de reflexividade que a todos deve interpelar. Dando corpo a esta ideia, basta olhar para as palavras dos jovens aqui expostas. De facto, assusta pensar que é verdade que de anjo o *Miguel* passou a rebelde e a fazer coisas fora do normal, ou que como o *Fábio* refere “tudo era possível nesta vida de bandido!”. Ainda que nem sempre se manifestem de modo tão claro, risco e desafio, vida e morte, estão sempre presentes num jogo em relação ao qual dificilmente se dominam as regras.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: Sage Publications, 1992

BOURDIEU, Pierre. *Questions de Sociologie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980

CARAPINHEIRO, Graça. A globalização do risco social. In: SANTOS, Boaventura Sousa (org.), *Globalização. Fatalidade ou Utopia?* 2ª edição, Porto: Edições Afrontamento, 2001, pp. 197-226.

CARVALHO, M^a. João Leote. Pelas margens, outras infâncias. Crianças, marginalidades e violências, *Infância e Juventude*, revista do Instituto de Reinserção Social, nº 4, Out./Dez., 51-145, 2004

_____, *Entre as Malhas do Desvio. Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências*. Coleção Reinserção Social, nº1. Oeiras: Celta Editora, 2003.

GALLAND, Olivier. *Les Jeunes*, 5ª. Edição, Paris: Éditions La Découverte, 1999.

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*, Coleção Sociologia, 3ª. edição, Oeiras: Celta Editora, 1996.

PAIS, José Machado. Jovens e Cidadania, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 49, pp.53-72, Setembro-Dezembro, 2005.

_____. *Culturas Juvenis*, 3ª edição, Lisboa: Imprensa Nacional, 1996.

PALHARES, José. *A Juventude, a Participação e a Escola. A Participação Estudantil em Eleições Associativas na Escola Secundária*, trabalho de síntese sobre um tema da disciplina de Sociologia da Educação, Braga, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho. 1996

ROCHÉ, Sébastien. *En quête de Sécurité*. Causes de la délinquance et nouvelles réponses. Paris: Armand Colin, 2003

_____. “Société complexe, modernité et insécurité”, *Révue Internationale de Criminologie et de Police Technique et Scientifique*, Vol LI, nº4, Octobre-Décembre, pp. 387-394, 1998.

_____. *Le Sentiment d’Inécurité*, Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Globalização. Fatalidade ou Utopia?*, 2ª edição, Porto: Edições Afrontamento, 2001.